

O diagnóstico de deficiência no contexto (da gestão) escolar: sentidos e significados

Nádia Cecon¹
Ana Paula de Freitas²

Resumo

O estudo aborda a problemática do diagnóstico de deficiência e transtornos na Educação Inclusiva e como ele incide no âmbito escolar e focaliza o papel da gestão escolar na recepção e inserção dos estudantes com diagnósticos nas práticas escolares. Fundamentado na teoria histórico-cultural, o trabalho questiona: Que ações compreendem o papel da gestão escolar ao receber os estudantes e seus diagnósticos? O objetivo geral é investigar os modos como gestores escolares atuam com os alunos com diagnósticos de deficiência e/ou transtornos. Através de entrevistas dialógicas e ancorados nos princípios metodológicos da referida teoria, os dados foram organizados em eixos temáticos. Os resultados evidenciam a relação dialética entre as ações positivas e necessárias para o processo pedagógico e o prejuízo da patologização da Educação e suas consequências para o desenvolvimento dos alunos, bem como o desafio da formação dos profissionais para a Educação Inclusiva.

Palavras-chave: Gestão Escolar. Diagnóstico. Teoria Histórico-Cultural.

1. Introdução

Este trabalho traz resultados de uma pesquisa de mestrado em Educação que aborda o tema do diagnóstico de estudantes com deficiência, especialmente, põe foco no papel da equipe gestora – coordenação pedagógica e direção – na inclusão desses estudantes na escola. O estudo, apoiado, na teoria histórico-cultural do desenvolvimento humano, apresenta como hipótese principal que o modo como o diagnóstico é compreendido incide na constituição do estudante e, também, nas (im)possibilidades educacionais que podem ser oferecidas a ele.

O Brasil, sobretudo a partir dos anos 1990, adere aos movimentos mundiais em prol da inclusão escolar e, neste contexto, delineou sua política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008). Conforme apontado por Pletsch e Sousa (2021) que as ações governamentais em prol da educação inclusiva representam

¹ Filiação institucional e endereço eletrônico, espaçamento simples entre linhas, fonte Times New Roman, tamanho da fonte 10, justificado.

² Filiação institucional e endereço eletrônico, espaçamento simples entre linhas, fonte Times New Roman, tamanho da fonte 10, justificado.

uma conquista histórica e fundamental para a garantia dos direitos educacionais/humanos das crianças e jovens com deficiência. Entretanto, as ações para efetivar uma política educacional inclusiva envolvem reorganização de sistemas educacionais, revisão de projetos pedagógicos escolares, compromisso governamental nos âmbitos federal, estadual e municipal para assegurar o que está garantido em lei e muitos esforços coletivos.

Temos constatado, especialmente nos últimos anos, o crescimento de diagnósticos de deficiência e transtornos, destacando-se sobretudo os diagnósticos de Transtorno do Espectro Autista¹. Estudos, como o de Novaes e Freitas (2024) apontam o aumento no número de crianças e adolescentes que recebem algum diagnóstico. Em uma análise dialética, os autores consideram que, por um lado, é importante conhecer sobre o estudante, suas singularidades e necessidades educativas, pensando no pleno desenvolvimento dos indivíduos; por outro, há um discurso clínico predominante que, inclusive no ambiente escolar, preconiza sempre características apontadas por um diagnóstico, instruindo e orientando como a escola deve trabalhar com determinado aluno a partir dos apontamentos de um documento médico. Para eles, os saberes clínicos estão se sobrepondo aos pedagógicos.

No ano de 2024, por exemplo, a rede municipal onde esta pesquisa foi desenvolvida contava com 300 matrículas de crianças com este diagnóstico, mais que o dobro se comparado ao ano anterior, segundo informações do Centro de referência de Educação Especial vinculado à Secretaria Municipal de Educação.

Essa é a problemática mobilizada neste estudo fundamentado na teoria histórico-cultural do desenvolvimento humano, especialmente, dos estudos de Lev Semionovitch Vigotski (1995, 2011). Com a intenção de abordar o papel da gestão escolar diante da inserção e acompanhamento de estudantes público-alvo da educação especial no cotidiano da escola, levantamos o seguinte questionamento: Que ações compreendem o papel da gestão escolar ao significar os estudantes e seus diagnósticos? A fim de respondê-lo, temos como objetivo geral investigar os modos como os gestores escolares atuam com os alunos com diagnóstico de deficiência e/ou transtornos.

2. Fundamentação Teórica

2.1 O desenvolvimento dos indivíduos com deficiência a partir da perspectiva histórico-cultural

Vigotski (2011) dedicou-se aos estudos da criança com deficiência no contexto de suas investigações sobre o desenvolvimento humano de todas as pessoas. Para o autor, o que rege o desenvolvimento é sua natureza social. Vigotski salientava que devemos falar da educação da criança e não da criança com deficiência. Para ele, o processo de desenvolvimento da criança com deficiência organiza-se sob as mesmas leis que fundamentam o desenvolvimento de todas as pessoas.

Nessa perspectiva, aborda-se as crianças e seu desenvolvimento, não suas limitações. Para Vigotski (2011) a deficiência precisa ser compreendida como um problema social e não biológico ou fisiológico. Em uma abordagem dialética, o autor considera que, no campo da interação social, as limitações e os problemas podem ser acentuados e, também, é exatamente aí que residem, as maiores possibilidades de desenvolvimento. Segundo Vigotski (2011, p. 869), “onde não é possível avançar no desenvolvimento orgânico, abre-se um caminho sem limites para o desenvolvimento cultural”.

Para o autor, as consequências primárias da deficiência dizem respeito às limitações orgânicas, ao déficit em si e as consequências secundárias são sociais e envolvem o modo como o meio compreende a deficiência, com via de possibilidade ou de impedimento. Nessa perspectiva, a educação escolar pode ser um locus profícuo para o desenvolvimento de crianças e jovens com deficiência.

Fundamenta nas teses vigotskianas, Góes (2002) reflete sobre as relações entre desenvolvimento humano, deficiência e educação. Tendo em vista o contexto escolar, ela enfatiza o desenvolvimento da criança com deficiência através de caminhos alternativos e recursos especiais, excluindo-se a ideia da deficiência como critério de caracterização social das pessoas. A criança (com deficiência) é, primeira e primordialmente um ser social que se constitui a partir das interações. Por esta razão, é tão valiosa e importante a qualidade das interações, das relações estabelecidas no ambiente escolar para o desenvolvimento da criança.

Tendo como base as proposições de Vigotski (2011) sobre o desenvolvimento dos indivíduos com deficiência, podemos refletir sobre o contexto educacional atual, cujas diretrizes focalizam a educação inclusiva. Deste modo, compreendemos que as discussões sejam pautadas no direcionamento de uma educação que “incluir” diz respeito, sobretudo, ao possibilitar aos estudantes com deficiência o desenvolvimento cultural. Para isso, a escola, locus privilegiado para o acesso à cultura, precisa oferecer um ambiente e

instrumentos adequados para as interações sociais, considerando as potencialidades das crianças e adolescentes e não suas deficiências ou dificuldade. É necessário o entendimento de que não são pessoas menos desenvolvidas, mas que se desenvolvem de outros modos. São esses outros modos e caminhos que precisam ser encontrados e disponibilizados pela escola. Ter um objetivo comum para todos os estudantes com deficiência demanda um dos maiores desafios da educação, numa prática marcada pelo compromisso social de humanização.

2.2 O diagnóstico como produtor de significação e constituição do sujeito e seu processo de escolarização

O diagnóstico impacta o desenvolvimento do sujeito e suas relações, o que nos leva a refletir sobre o modo como essas relações se organizam nas escolas. O que encontramos na educação, hoje, não se distingue, na prática, da predominância médica apontada por Vigotski há 100 anos (Vigotski, 2019, p.365) a respeito da produção dos diagnósticos.

Vigotski (2019) ressalta que a valorização do diagnóstico clínico é sustentada por uma prática cientificista que compreende a criança como objeto de saber do adulto e como um sujeito de leis biológicas que desconsideram a história, a cultura, o contexto e as experiências que constituem seu desenvolvimento. A escola, ao considerar o laudo médico como um determinante de suas ações, também está desconsidera todas as possibilidades de desenvolvimento do aluno e, mais que isso, determinando a capacidade de aprendizagem do aluno por um diagnóstico clínico em detrimento de um diagnóstico pedagógico, função primária da escola: identificar o que o aluno sabe e o que ele ainda precisa saber, e buscar caminhos para que ele se desenvolva para além das barreiras impostas, inclusive pelo próprio modelo de educação escolar.

Carvalho e Gonçalves (2023) ao estudarem a temática dos modos como o diagnóstico de alguma deficiência incide sobre a escola, constatam que ele mobiliza ações na escola, porém, mais no sentido de encaminhar, receber e reproduzir prescrições de um documento do que propriamente a disposição em encontrar caminhos possíveis para a aprendizagem do aluno. A atenção ao diagnóstico se sobrepõe à atenção ao aluno, sua infância e seu desenvolvimento. Não é raro o fato de que o diagnóstico chega à escola e se apresenta antes do aluno. Muitas vezes, quando o aluno adentra a sala de aula, já existe um estigma ou expectativas - na maior parte das situações - reduzidas, limitadas e adaptadas.

3. Procedimentos metodológicos

A pesquisa foi desenvolvida numa cidade do interior do estado de São Paulo com cerca de 123 mil habitantes. Conforme dados oficiais da Secretaria de Educação obtidos no mês de março de 2025, a cidade conta com 28 unidades escolares de Ensino Fundamental, que atendem 10.644 alunos de 5 a 17 anos, sendo 5849 do 1º ao 5º ano (Ensino Fundamental I) e 4.795 do 6º ao 9º ano (Ensino Fundamental II). Em sua grande maioria, as unidades escolares estão concentradas na zona urbana da cidade. Apenas uma escola é considerada escola de zona rural. O município conta com um currículo municipal do ensino fundamental reformulado a partir da implementação da BNCC e publicado em 2020.

O trabalho foi aprovado pelo Comitê de ética em Pesquisa da Universidade. Fizeram parte do estudo: Isa, 55 anos, com 25 anos de atuação na Educação e há 11 anos coordenadora pedagógica; Márcio, 50 anos, atua há 25 anos no Magistério e há 21 anos na gestão escolar. É diretor de escola efetivo, há 15 anos atuando na mesma unidade escolar; Raimundo, 42 anos, há 21 anos atua na Educação e diretor efetivo no município de realização da pesquisa há 5 anos; Laura, 36 anos, com 12 anos de atuação na área da educação e nos últimos 4 anos é coordenação pedagógica no município.

Para a produção de dados, realizamos entrevistas dialógicas com os gestores participantes do estudo. A entrevista dialógica tem como objetivo o estabelecimento de uma relação de sentido entre os enunciados e a mútua compreensão, na qual os sujeitos compartilham experiências sociais e culturais (Freitas, 2010). O trabalho foi orientado por uma postura ética e de respeito aos participantes da pesquisa (gestores escolares). Segundo Carvalho (2019, p. 105), “Integra o protocolo ético da pesquisa científica o pressuposto de uma relação interpessoal, baseada na confiança entre pesquisador e pesquisado.”

Nas entrevistas, nos norteamos por temas como: rotina na gestão escolar, modos de recepção do aluno com diagnóstico, percepção do aluno com diagnóstico e desafios encontrados. O registro foi feito por meio da audiogravação com posterior transcrição, que foram apresentadas aos participantes para a leitura e concordância sobre o que disseram na entrevista.

4. Resultados e Discussões

Após as transcrições, os textos foram lidos e foi possível identificar temas

recorrentes, o que nos permitiu a organização dos dados em três eixos temáticos: 1) O diagnóstico como mobilizador de ações e como justificativa de não aprendizagem: uma relação dialética; 2) Avaliação diagnóstica X Avaliação processual: o que estamos avaliando? e, 3) Formação de professores/ profissionais de apoio pedagógico: os desafios na perspectiva da Educação Inclusiva.

No eixo 1 compreendemos o quão tênue é a linha entre a colaboração de um diagnóstico, sobretudo como garantidor de direitos para o aluno que o recebe e a maneira como ele pode impactar e limitar as possibilidades desenvolvimentais desse aluno. Os gestores acreditam que esses laudos não deveriam ser tão esperados e preocupam-se em orientar seus professores a conhecerem seus alunos, compreenderem seus modos de aprendizagem e assim, organizarem seu trabalho. Além das orientações de um modelo clínico, observamos que os diagnósticos são produzidos em um contexto que aponta a falta, o defeito, a dificuldade, o que a criança não consegue. Assim, em posse desses apontamentos, a escola que muitas vezes encaminhou esse aluno para o setor de saúde, no entendimento de que exista alguma condição que o impeça de desenvolver-se, naquele movimento de “porta giratória” apontado por Werner (2025), recebe então esse diagnóstico, reverberando o apontamento da falta e do defeito, desta vez respaldada no parecer médico como se este explicasse com mais subsídios as causas do fracasso escolar do aluno que a própria escola não foi capaz de promover sua função de ensinar.

No eixo 2, discutimos sobre como os gestores compreendem e nomeiam a prática de avaliar o aluno e seus processos. Os gestores, em diversos momentos da entrevista, evidenciam a prática de avaliar para diagnosticar a condição pedagógica do aluno. No que se refere ao aluno com deficiência, essa avaliação prioriza o que o aluno não consegue fazer, ou seja, ressalta-se a falta e não as potencialidades.

Por fim, no eixo 3, as entrevistas revelam a falta de formação continuada e de suporte para todos os agentes desse processo dentro da escola. Os gestores, que igualmente não se sentem capacitados, acabam por reproduzirem discursos e práticas de medicalização da educação (Werner, 2005). Daí a necessidade de ações afirmativas no que se refere ao investimento em formação dos profissionais escolares, suporte e orientação aos familiares, excluindo-se a ideia de que o professor é o único responsável pelo desenvolvimento do aluno e sim a inserção de toda a comunidade escolar nesse esforço coletivo para garantir aprendizagem de todos os alunos.

5. Algumas considerações

Ao refletirmos sobre Educação Inclusiva no contexto atual consideramos que muitos avanços ocorreram e que ainda há um longo caminho a ser percorrido. Ao compreendermos a Educação como um processo social, defendemos, que o sujeito se constitui através desse processo social. Essa compreensão pressupõe a todos nós, profissionais da Educação, um trabalho incansável em promover as interações necessárias, buscar caminhos para que todos os alunos se desenvolvam, acreditando sempre no poder transformador da Educação.

Este estudo teve como objetivo investigar os modos como os gestores escolares atuam com os alunos com diagnóstico de deficiência e/ou transtornos. . As análises das entrevistas realizadas com os gestores escolares revelam que os diagnósticos de deficiência afetam o processo de constituição do estudante na escola, numa relação dialética entre as ações positivas e necessárias para o processo pedagógico e, ao mesmo tempo, uma ênfase nas consequências primárias da deficiência, culminando em uma patologização da Educação e suas consequências para o desenvolvimento dos estudantes.

O estudo revela ainda, a necessidade de investimento na formação docente, que seja orientada para o desenvolvimento prospectivo e para os saberes pedagógicos docentes em detrimento dos saberes advindos da clínica. Nesse sentido, os gestores têm papel determinando na viabilização de ações afirmativas e que envolvam toda a comunidade escolar na perspectiva da Educação Inclusiva.

Referência Bibliográfica

BRASIL, Lei nº 13.146,. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência) de 06 de julho de 2015. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em 23 mar.

CARVALHO, I. C. de M. A confidencialidade na pesquisa em educação. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. **Ética e pesquisa em Educação: subsídios**. Rio de Janeiro: ANPED, 2019, 133 p. v.1.

CARVALHO, M. de F.; GONÇALVES, M. R. Diagnósticos de TEA na educação infantil - considerações sobre aumento, (im)precisão e efeitos sobre a educação de crianças. In: **Vulnerabilidades, resistências e inclusão [livro eletrônico]** / organização Sueli Salles Fidalgo, Maria de Fátima Carvalho, Fernanda Miranda da

Cruz. -- 1. ed. -- São Paulo : Universidade Federal de São Paulo, 2023. (Coleção educação e saúde ; v. 7) DOI <https://doi.org/10.34024/9786585919081>.

FREITAS, M.T.A. Discutindo sentidos da palavra intervenção na pesquisa de abordagem histórico-cultural. IN: FREITAS, M.T.A; RAMOS, B. S. (Orgs): **Fazer pesquisa na abordagem histórico-cultural: metodologias em construção**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010, p. 12-24.

GÓES, M. C. R. de. Relações entre Desenvolvimento Humano, Deficiência e Educação: Contribuições da Abordagem Histórico-Cultural. In: OLIVEIRA, M.K; SOUZA, D. T. R.; REGO, T. C. (orgs.) **Psicologia, Educação e as Temáticas da Vida Contemporânea**. São Paulo: Moderna, 2002, p. 95-114.

NOVAES, D.; FREITAS, A. P. de. A constituição da criança com autismo: Diagnóstico e suas implicações. **Rev. Psicopedagogia**; 41(124). p. 21-32, 2024.

PLETSCH, M. D.; SOUZA, F. F. de. Educação comum ou especial? Análise das diretrizes políticas de educação especial brasileiras. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 16, n. esp2, p. 1286–1306, 2021.

VIGOTSKI, L. S. A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal. **Revista Educação e Pesquisa**, vol 37, nº4. São Paulo: USP, 2011.

VIGOTSKI, L. S. *Obras Completas Tomo V: Fundamentos de defectologia*, Cascavel: Edunioeste, 2019.

VIGOTSKI, L. S. *Obras Escogidas*, v. 3, Madrid: Visor, 1995.

WERNER, Jairo. Avaliação dos processos afetivo-cognitivos. In: **Saúde & educação: desenvolvimento e aprendizagem do aluno**- Rio de Janeiro: Gryphus, 2005, *Educação em diálogo*, v. 5, p.123-150.

ⁱ O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição neurodesenvolvimental e a Deficiência é um conceito mais amplo, conforme Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015). Uma pessoa com TEA pode (ou não) apresentar uma deficiência, todavia, para efeitos das políticas inclusivas o estudante com TEA é considerado público-alvo da Educação Especial.